



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DO AMBIENTE,
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ENERGIA



REUNIÃO INAUGURAL

Oceanário de Lisboa, 4 de Fevereiro de 2014

Coligação para o

CRESCIMENTO VERDE

PORTUGAL NA ECONOMIA VERDE: OPORTUNIDADES

- Diversidade e abundância de recursos energéticos renováveis (31% renováveis em 2020: 60% na eletricidade, 10% nos transportes);
- Terceiro melhor país do mundo em política climática;
- Um dos países europeus mais ricos em biodiversidade (20 % do território nacional integra a rede Natura);
- Grande evolução na infraestruturação: 95% acesso a água; 80% saneamento;
- Grande potencial nos recursos minerais metálicos (0,25% PIB);
- Litoral com elevado valor ambiental e económico;
- Fundos Europeus terão de alocar 20% a Alterações Climáticas;
- Talentos, recursos, infraestruturas, empresas e instituições com elevado potencial na economia verde.

PORTUGAL NA ECONOMIA VERDE: DESAFIOS E OBSTÁCULOS

- Fortemente vulnerável à mudança climática;
- Top10 da escassez de recursos hídricos da OCDE;
- Perdas médias de 40% no abastecimento de água; défice tarifário de 500 M€ e dívida dos municípios superior a 500 M€;
- 67% das zonas costeiras em risco de perda de território;
- Apenas 7% (na UE 37%) da construção civil alocada à reabilitação urbana;
- Dependência energética de 80% (petróleo 55%);
- 54% dos RU ainda vão para aterro; utilização de sacos plásticos: 466 por habitante / ano;
- Populações nas áreas protegidas não beneficiam do valor económico da biodiversidade;
- Apenas 30% do potencial mineiro em exploração;
- Solo urbanizável projetado para perspetivas irrealistas de desenvolvimento.

PORTUGAL NA ECONOMIA VERDE: OPORTUNIDADES GLOBAIS

Economia verde representa, globalmente, €4 trillion, crescendo 4%/ano.

Investimento em energias limpas atingiu cerca de \$300bn/ano (25% UE; 25% China).

Necessidade de investimento em energia:

_ Global: \$13 trillion até 2030 (50% não-OCDE);

_ UE: €1trillion até 2020; €2.5 trillion até 2025.

Descarbonização é custo-eficiente:

_ Relatório Stern: mitigação 1% PIB; inação 5-20% PIB.

_ IEA: ação imediata \$1.5trillion; adiamento \$5trillion.

PORTUGAL NA ECONOMIA VERDE: RISCOS GLOBAIS

Tendências para 2030

- _ +50% alimentos
- _ +45% de consumo de energia
- _ +30% de consumo de água
- _ crise climática
- _ perda de biodiversidade
- _ degradação de recursos hídricos

MISSÃO

DESENVOLVER O CLUSTER DA ECONOMIA VERDE

- Integrar as dimensões científica, empresarial, financeira, associativa e regulatória e tirar **partido dos talentos, das infraestruturas, dos recursos naturais, do posicionamento geopolítico e do empreendedorismo para competir e vencer à escala global**, no contexto de uma economia de rede.

CONCRETIZAR UMA ESTRATÉGIA DE LONGO-PRAZO ORIENTADA PARA O CRESCIMENTO VERDE

- internalização económica das externalidades ambientais;
- dissociação do crescimento económico da utilização intensiva dos recursos;
- afirmação de padrões de consumo e de produção sustentáveis;
- valorização dos nossos recursos endógenos;
- qualificação dos recursos humanos e da capacitação institucional;
- fomento da ecoinovação;
- utilização eficiente dos recursos energéticos, hídricos e materiais.

OBJETIVOS

ANÁLISE E DEBATE

- Refletir sobre os desafios do crescimento verde e aconselhar o Governo no desenho e concretização de projetos, estratégias, medidas e planos de ação, designadamente:
- *o Plano de Ação para o Crescimento Verde; a Reforma da Fiscalidade Verde; a Estratégia de Clima e Energia 2030; a revisão do PNAC, do PNAER e do PNAEE; a iniciativa “The Economics of Ecosystems and Biodiversity”; a Estratégia Nacional de Gestão Integrada da Zona Costeira; o PENSAAR 2020; a Estratégia para as Cidades Sustentáveis 2020; o Cadastro Predial; a Lei de Bases dos Recursos Geológicos e Mineiros.*

OBJETIVOS

SINERGIAS E PARCERIAS

- Fomentar a **colaboração**, na agenda do crescimento verde, entre os organismos públicos, centros de I&D, instituições financeiras, empresas e movimento associativo.

ATRAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO

- Contribuir para a **internacionalização do cluster** da economia verde e para a atração de investimento externo, num contexto de parceria e de colaboração, tirando partido das diversas redes empresariais, científicas, associativas e governamentais.

FINANCIAMENTO

- Melhorar as condições de **acesso às fontes de financiamento europeias e internacionais**, destinadas à economia verde, e contribuir para a eficiência e reprodutividade do financiamento previsto nos fundos europeus *Portugal 2020*.

INFLUÊNCIA E LIDERANÇA

- **Influenciar e liderar**, a partir do ponto de vista nacional, a discussão política sobre crescimento verde e desenvolvimento sustentável nas organizações internacionais e europeias.

ÁREAS PRIORITÁRIAS DE DEBATE

CLIMA E ENERGIA

Desenvolvimento de baixo carbono
Energias renováveis
Eficiência energética
Redes inteligentes
Indústria extrativa
Recursos geológicos e minerais.

ÁGUA E RESÍDUOS

Gestão dos recursos hídricos
Abastecimento de água
Tratamento de águas residuais
Gestão de resíduos.

BIODIVERSIDADE

Conservação da natureza
Valorização dos ecossistemas.

CIDADES SUSTENTÁVEIS

Ordenamento do território
Mobilidade sustentável
Reabilitação urbana.



MEMBROS

ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS E PROFISSIONAIS

- AEP - Associação Empresarial de Portugal
- AEPISA - Associação das Empresas Portuguesas para o Sector do Ambiente
- AIP - Associação da Indústria Portuguesa
- ANIET - Associação Nacional da Indústria Extrativa e Transformadora
- APE - Associação Portuguesa da Energia
- APETRO - Associação Portuguesa de Empresas Petrolíferas
- APREN - Associação Portuguesa de Energias Renováveis
- Assimagra - Associação Portuguesa dos Industriais de Mármore, Granitos e Ramos Afins
- APIGCEE - Associação Portuguesa dos Industriais Grandes Consumidores de Energia Elétrica
- Associação Portuguesa dos Veículos Eléctricos
- BCSD Portugal - Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável
- CAP - Confederação dos Agricultores de Portugal
- CCP - Confederação do Comércio e Serviços de Portugal
- CEVALOR - Centro Tecnológico da Pedra Natural de Portugal
- CIP - Confederação Empresarial de Portugal
- CTP Confederação do Turismo Português
- COTEC Portugal - Associação Empresarial para a Inovação
- CSP - Confederação dos Serviços de Portugal
- WavEC - Offshore Renewables

MEMBROS

ASSOCIAÇÕES, ONG E FUNDAÇÕES

- DECO - Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor
- Fundação Calouste Gulbenkian
- Fundação Luso Americana
- GEOTA - Grupo de Estudo de Ordenamento do Território e Ambiente
- Ordem dos Arquitetos
- Ordem dos Biólogos
- Ordem dos Economistas
- Ordem dos Engenheiros
- Plataforma para o Crescimento Sustentável
- PPA - Parceria Portuguesa para a Água
- Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza
- SEDES - Associação para o Desenvolvimento Económico e Social

MEMBROS

INSTITUIÇÕES DO ENSINO SUPERIOR E CENTROS DE I&D

- CATIM - Centro de Apoio Tecnológico à Indústria Metalomecânica
- CCISP - Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos
- CENSE - Centro de Investigação em Ambiente e Sustentabilidade
- Centro de Investigação em Arquitetura Urbanismo e Design
- CESAM - Centro de Estudos do Ambiente e do Mar
- CITAAB - Centro de Investigação e de Tecnologias Agro-Ambientais e Biológicas
- CITEVE - Centro Tecnológico Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal
- CRUP - Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas
- CTCP - Centro Tecnológico do Calçado de Portugal
- CTCV - Centro Tecnológico da Cerâmica e do Vidro
- IDL - Instituto Dom Luís
- IN+ - Centro de Estudos em Inovação, Tecnologia e Políticas de Desenvolvimento
- InBIO - Rede de Investigação em Biodiversidade e Biologia Evolutiva
- INESC Porto - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores
- ITQB - Instituto de Tecnologia Química e Biológica
- LNEG - Laboratório Nacional de Energia e Geologia

MEMBROS

SETOR BANCÁRIO E FINANCEIRO

- APB - Associação Portuguesa de Bancos
- APCRI - Associação Portuguesa de Capital de Risco e de Desenvolvimento
- FNABA - Federação Nacional de Associações de Business Angels
- Portugal Ventures
- POVT - Programa Operacional Temático Valorização do Território

MEMBROS

ESTADO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.
- ADENE - Agência para a Energia
- AdI - Agência de Inovação, S.A.
- AdP - Águas de Portugal, SGPS
- AICEP - Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
- ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses
- APA - Agência Portuguesa do Ambiente
- CNADS - Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável
- DGEG - Direcção-Geral de Energia e Geologia
- DGT - Direcção-Geral do Território
- EDM - Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A.
- EGF - Empresa Geral de Fomento, S.A.
- EPAL - Empresa Portuguesa de Águas Livres, S.A.
- Gabinete Coordenador do Programa Polis
- IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação
- ICNF - Instituto de Conservação de Natureza e das Florestas, I.P.
- IHRU - Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.
- Oceanário de Lisboa, S.A.

Produzir verde é ganhar. Consumir verde é poupar.



Coligação para o
CRESCIMENTO VERDE



GOVERNO DE
PORTUGAL

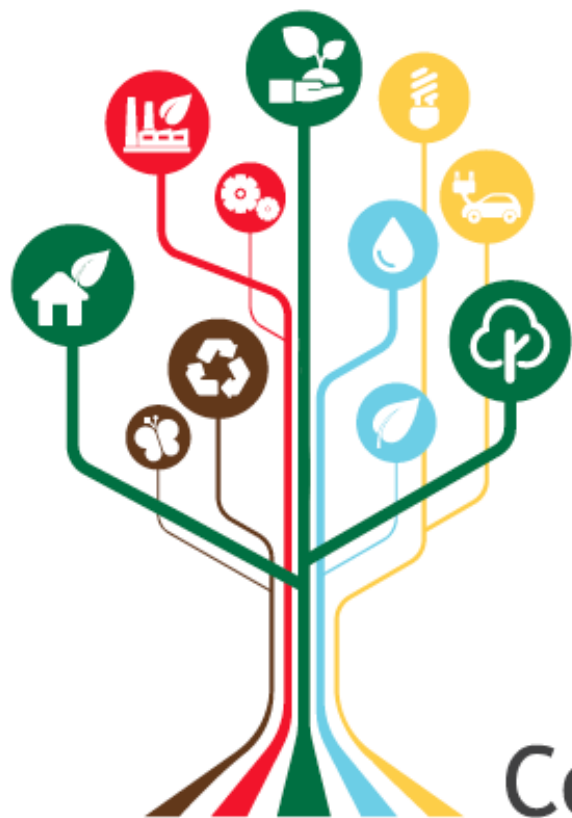
MINISTÉRIO DO AMBIENTE,
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ENERGIA



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DO AMBIENTE,
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ENERGIA

Pacote UE: Energia-Clima 2030



Coligação para o

CRESCIMENTO VERDE

ENERGIA - CLIMA 2020: UE E PORTUGAL

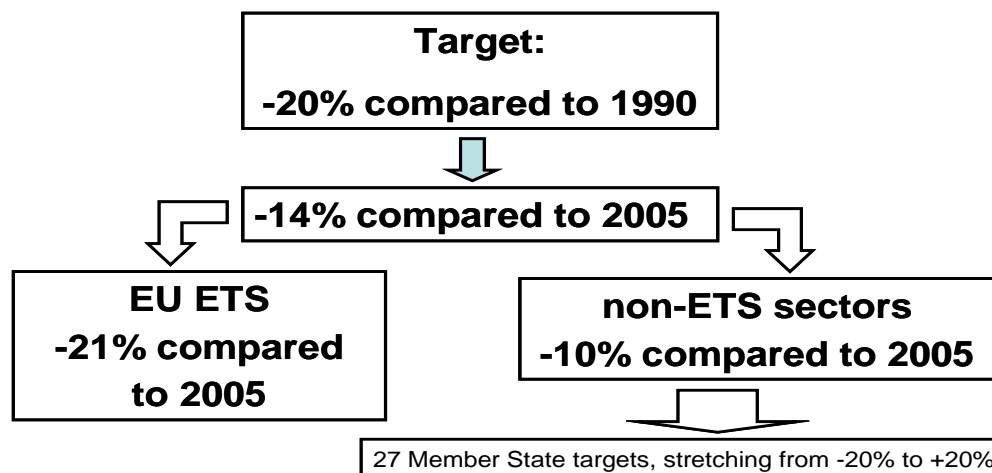
UNIÃO EUROPEIA

PACOTE ENERGIA-CLIMA 2020

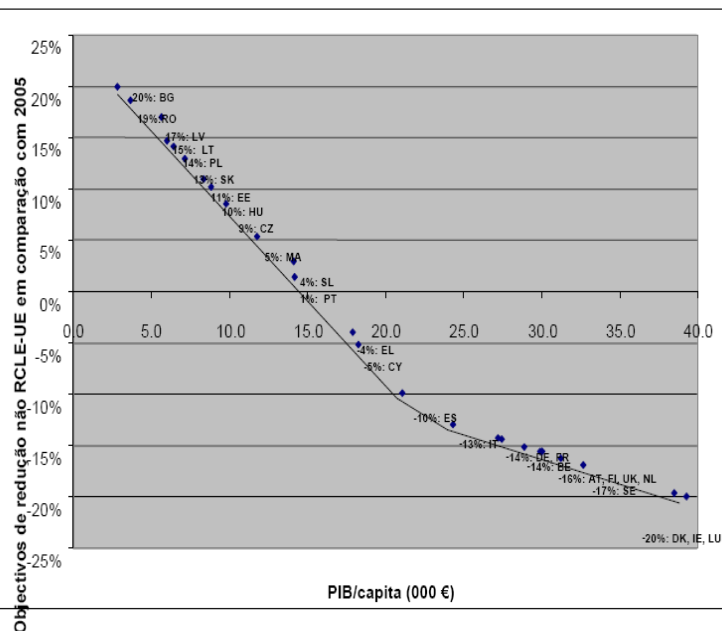
- 20% de redução de emissões de gases com efeito de estufa (GEE) face a 1990
- [ETS - 21% e não ETS - 10% / 2005;
- **Portugal: não-ETS +1%**

- 20% de renováveis **[Portugal: 31%]**
- 10% de renováveis nos transportes
- 20% de aumento de eficiência energética **[Portugal: 25%; no Estado: 30%]**

REPARTIÇÃO DA METAS NACIONAIS 2020



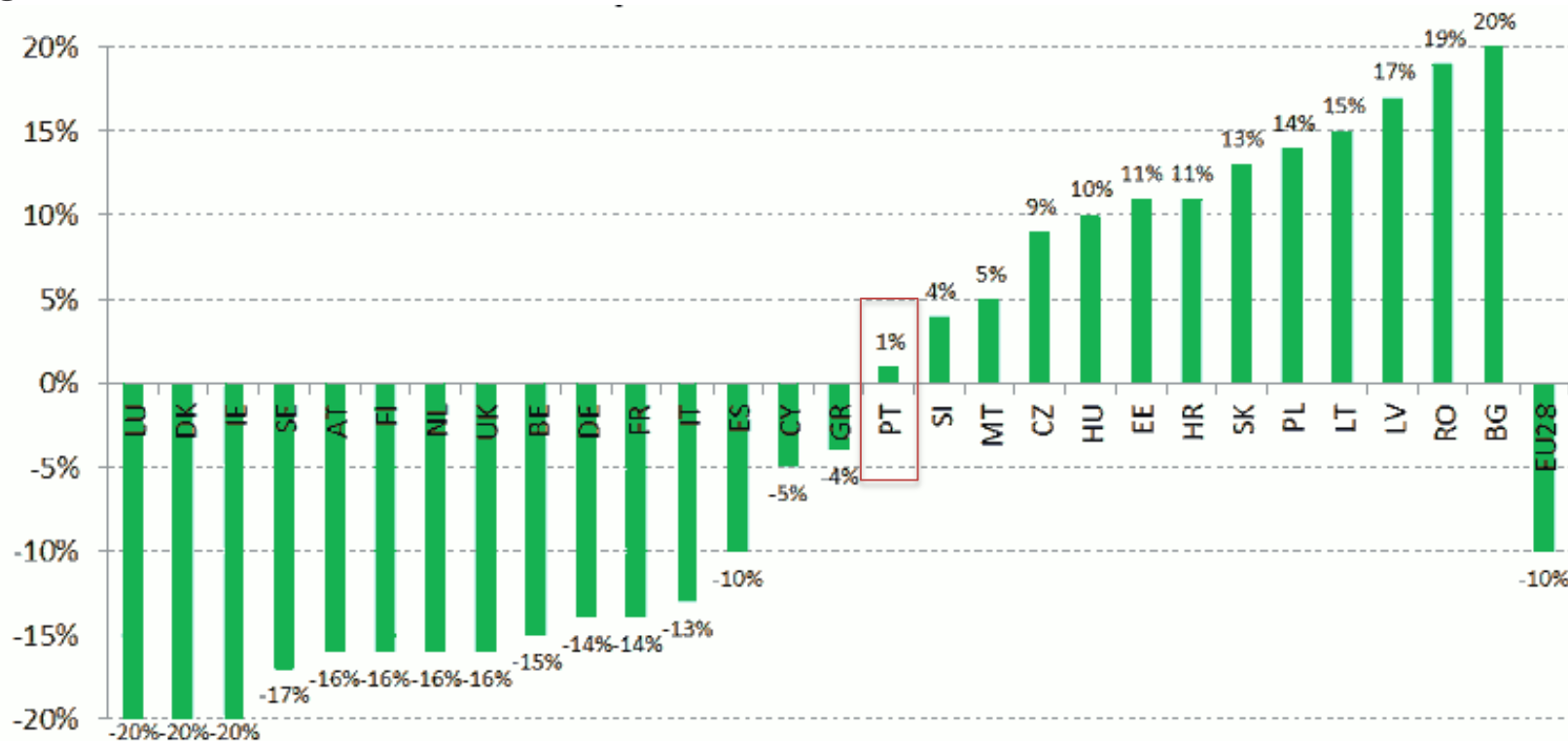
	Share of energy from renewable sources in final consumption of energy, 2005 (S ₂₀₀₅)	Target for share of energy from renewable sources in final consumption of energy, 2020 (S ₂₀₂₀)
Belgium	2.2%	13%
Bulgaria	9.4%	16%
The Czech Republic	6.1%	13%
Denmark	17.0%	30%
Germany	5.8%	18%
Estonia	18.0%	25%
Ireland	3.1%	16%
Greece	6.9%	18%
Spain	8.7%	20%
France	10.3%	23%
Italy	5.2%	17%
Cyprus	2.9%	13%
Latvia	34.9%	42%
Lithuania	15.0%	23%
Luxembourg	0.9%	11%
Hungary	4.3%	13%
Malta	0.0%	10%
The Netherlands	2.4%	14%
Austria	23.3%	34%
Poland	7.2%	15%
Portugal	20.5%	31%
Romania	17.8%	24%
Slovenia	16.0%	25%
The Slovak Republic	6.7%	14%
Finland	28.5%	38%
Sweden	39.8%	49%
United Kingdom	1.3%	15%



UNIÃO EUROPEIA

PARTILHA DE ESFORÇOS 2020

Metas diferenciadas por Estados Membros para setores não abrangidos pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE), em 2020, face a 2005

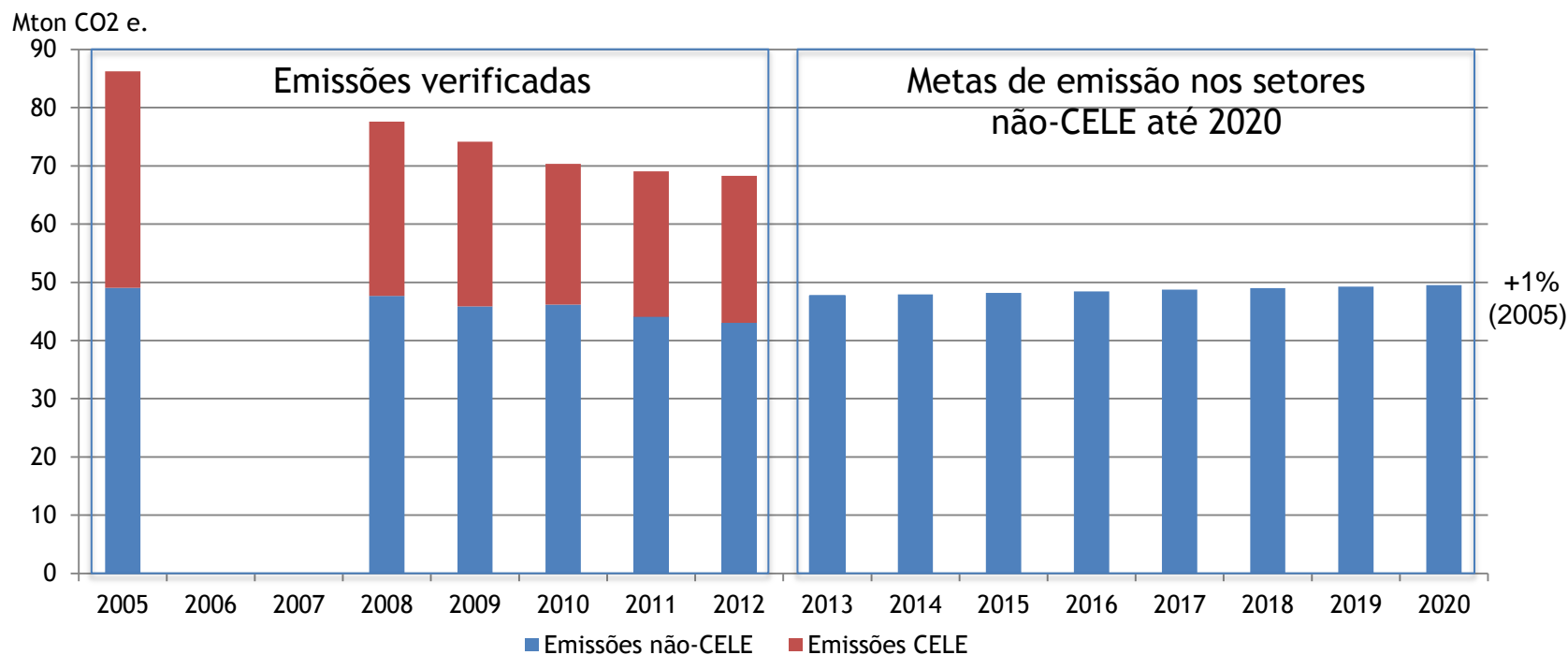


EMISSIONES DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA

PERSPETIVA NACIONAL PARA 2020

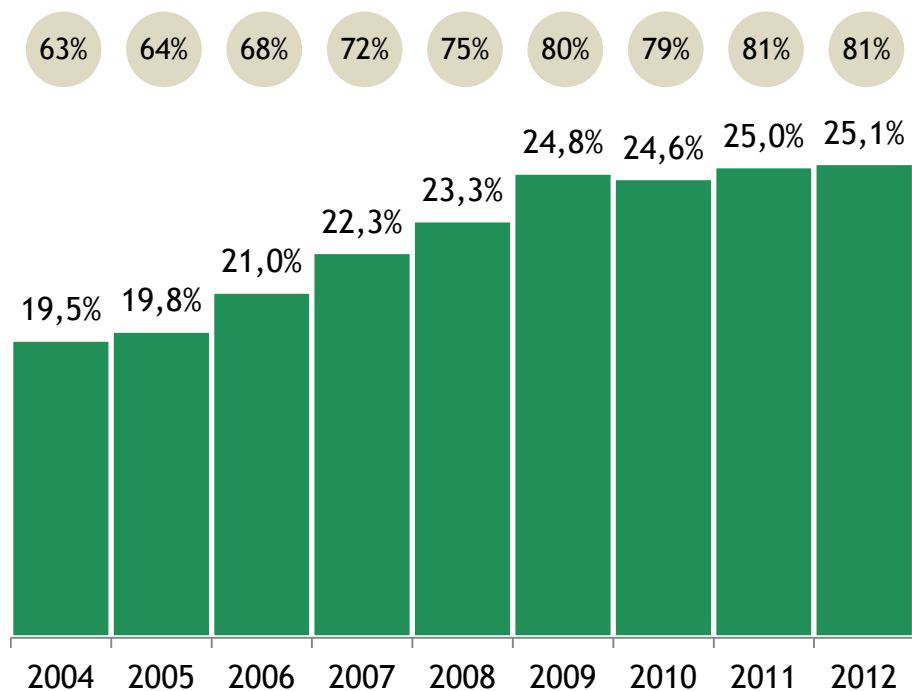
Setores fora do comércio europeu de emissões (não-CELE) consistentemente abaixo dos valores de 2005 - em linha com as metas nacionais para 2020.

Emissões não-CELE em 2012: 13% abaixo da meta de 2020



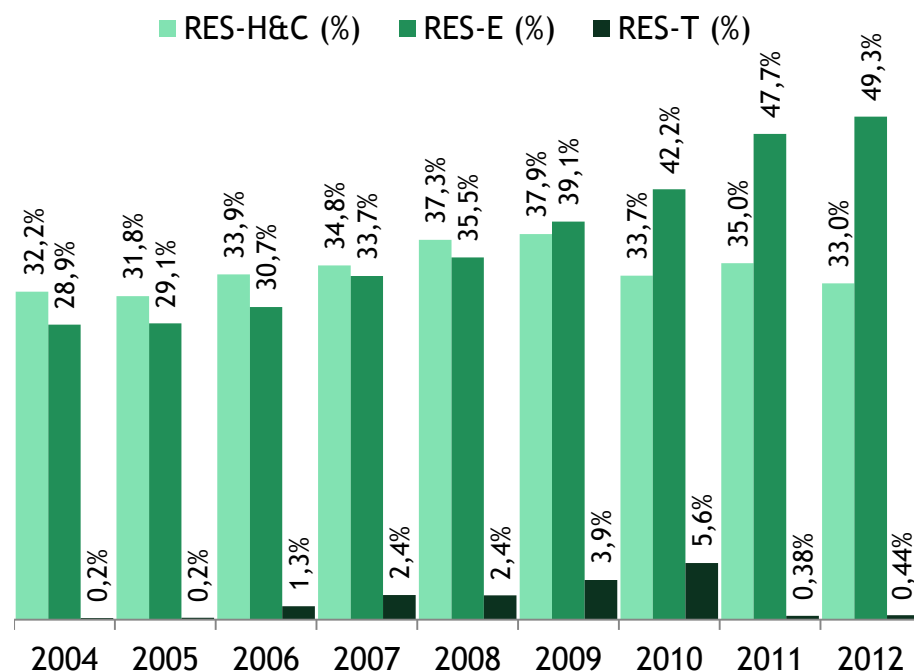
Em 2012, Portugal cumpriu 81% do seu objetivo para 2020, fruto da evolução favorável no consumo de fontes renováveis de energia (FER) colocando-se na dianteira dos países da UE

Evolução da meta global de FER no consumo final bruto de energia em Portugal



% Grau de cumprimento

Evolução da meta e trajetórias setoriais em Portugal



NOTA: Enquanto não estiver operacionalizado a certificação dos biocombustíveis, para efeitos do cálculo da meta pela metodologia oficial do Eurostat, a partir de 2010 são apenas contabilizados os biocombustíveis dos pequenos produtores, daí o decréscimo do valor em 2011 e 2012. Caso contrário o valor rondaria os 6%.

COMÉRCIO EUROPEU DE LICENÇAS DE EMISSÃO

PROPOSTA DE “BACKLOADING”

- Verifica-se um desequilíbrio entre a oferta (fixa) e a procura de licenças de emissão no mercado fruto da sobre-alocação de licenças e do decréscimo da atividade económica
- Este excesso de licenças representou no final do período 2008-2012 cerca de 2 mil milhões de licenças
- Este excedente de licenças coloca em causa o bom funcionamento do mercado e os objetivos da União Europeia no que diz respeito à transição para economias competitivas de baixo carbono
- Adopção da proposta de “backloading” permitirá atenuar no curto prazo este efeito
- Necessidade de uma reforma estrutural do CELE para prevenir estes efeitos no futuro

COMÉRCIO EUROPEU DE LICENÇAS DE EMISSÃO

PROPOSTA DE “BACKLOADING”

- A proposta aprovada prevê a alteração do atual perfil dos leilões adiando parte do volume de leilão (900 Mt) de 2014-2016 para 2019-2020

[in mio tCO ₂]	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Option b)		-400	-300	-200			300	600
Adjusted auction volume	808	543	629	732	935	939	1245	1572

COMÉRCIO EUROPEU DE LICENÇAS DE EMISSÃO

IMPACTES DA PROPOSTA DE “BACKLOADING”

Implica:

- efeitos diretos sobre os operadores CELE por via do aumento do preço das licenças
- efeitos indiretos sobre os consumidores de eletricidade e sobre os clientes dos operadores de aviação por via da previsível passagem destes custos adicionais para os consumidores finais por parte destes operadores
- um aumento substancial de receitas para o Estado, por via do aumento das receitas de leilões
- um aumento das verbas canalizadas para o Sistema Elétrico Nacional para redução dos sobrecustos com renováveis
- sinal de preço mais adequado para investimentos de mais longo prazo em inovação, eficiência e tecnologias de baixo carbono, que se traduzirão em vantagens competitivas no médio prazo, com potencial de criação de emprego qualificado associado a estes setores inovadores, reafirmando desta forma o empenho da União Europeia nas políticas climáticas e o crescimento verde

COMÉRCIO EUROPEU DE LICENÇAS DE EMISSÃO

IMPACTES DA PROPOSTA DE “BACKLOADING”

— Os efeitos diretos da proposta podem ser minimizados considerando que:

- Todos os sectores industriais CELE beneficiaram, no período 2008-2012, de um excesso de atribuição face às suas necessidades, podendo utilizar esse excesso de licenças no período 2013-2020
- Para o período 2013-2020 estima-se a manutenção de níveis de atribuição gratuita suficientes para que a generalidade dos sectores que não tenha necessidade de aquisição de licenças
- Esta dupla “almofada” que beneficia os sectores industriais permitirá acomodar os impactes diretos decorrentes da proposta de “backloading”
- Confere adicionalmente às instalações uma margem de manobra maior para definir as suas estratégias de cumprimento e investimento no período 2013-2020
- possibilita uma margem de manobra para investimentos que lhes permitam ganhos de eficiência e benefícios sustentáveis futuros

COMÉRCIO EUROPEU DE LICENÇAS DE EMISSÃO

IMPACTES DA PROPOSTA DE “BACKLOADING”

- Os efeitos indiretos da proposta podem ser minimizados através da implementação de políticas públicas direcionadas para minimizar os impactos identificados, designadamente através da melhoria da eficiência da utilização de recursos, financiadas através das receitas de leilão
 - Para o período 2013-2020 estima-se a manutenção de níveis de atribuição gratuita suficientes para que a generalidade dos sectores que não tenha necessidade de aquisição de licenças
 - Esta dupla “almofada” que beneficia os sectores industriais permitirá acomodar os impactes diretos decorrentes da proposta de “backloading”
 - Confere adicionalmente às instalações uma margem de manobra maior para definir as suas estratégias de cumprimento e investimento no período 2013-2020
 - Designadamente possibilita uma margem de manobra para investimentos que lhes permitam ganhos de eficiência e benefícios sustentáveis futuros

COMÉRCIO EUROPEU DE LICENÇAS DE EMISSÃO

ATRIBUIÇÃO GRATUITA 2013-2020 (EM PT)

- Todos os setores com excesso de alocação em 2008-2012

- Apenas Refinação e Vidro com défice de alocação em 2013-2020

Mt CO2	Atribuição efetiva anual (2008-2012)	Emissões verificadas anuais (2008-2012)	Atribuições previstas anuais (2013-2020)	Diferença estimada atribuições-verificadas (anual, 2013-2020)	Setores abrangidos pela disposição de “fuga de carbono”
Cerâmica	0,42	0,20	0,36	0,16	Sim
Cimentos e cal	7,23	5,45	6,10	0,65	Sim
Energia/centrais termoeletricas	14,90	14,03	0,00	a	Não
Energia/cogeração	2,96	2,08	0,48	a	Parcialmente ^b
Energia/Inst. de combustão	1,36	0,92	0,92	0,00	Parcialmente ^b
Energia/refinação	3,37	2,75	1,68	-1,07	Sim
Metais ferrosos	0,34	0,16	0,20	0,04	Sim
Pasta e papel	0,50	0,37	0,80	0,43	Sim
Vidro	0,75	0,58	0,46	-0,12	Sim

^a Alteração das regras relativas a produtores de eletricidade que passam a não receber qualquer atribuição gratuita.

^b Algumas atividades económicas estão abrangidas pela disposição de “fugas de carbono”.

Análise considerando apenas as instalações abrangidas no período 2008-2012 (única forma de ter um universo comparável entre períodos).

No setor cerâmico e químico as 3 instalações químicas abrangidas em 2008-2012 estão incluídas no setor combustão.

A coluna “Atribuições previstas anuais (2013-2020)” é uma média do montante real concedido em 2013 com o valor a atribuir no período 2014-2020, também por setor. Os valores resultam já da aplicação do fator de redução sendo os valores finais aprovados para o período 2013-2020 para as instalações nacionais.

O PACOTE ENERGIA CLIMA 2030

O PACOTE ENERGIA CLIMA 2030: *PROPOSTA DA COMISSÃO EUROPEIA*

Meta redução de 40% GEE
(43% CELE e
30% não-CELE face a
2005)

Meta vinculativa de
renováveis para a União
Europeia de 27% como um
todo

Discussão sobre Eficiência
Energética após avaliação
progresso da Diretiva
actual (Junho 2014)

Reforma estrutural CELE:
Criação da Reserva de
Estabilidade

Governança e processo:
Planos Nacionais de
Energia e Clima a serem
avaliados pela Comissão

Outros elementos:

- Alteração do factor linear de redução de 1,74 % para 2,2% no CELE
- Não prevê metas nacionais para renováveis: Flexibilidade Planos Nacionais
- Não prevê metas específicas para o setor dos transportes
- Interconexões como parte dos indicadores, com monitorização regular para informar decisão política
- Não impõe restrições ao gás de xisto
- Prevê manutenção dos critérios e pressupostos para os setores em risco de “fugas de carbono”

CARTA MAOTE ENERGIA CLIMA 2030 - CE E 27 MINISTROS

4 METAS PARA A UNIÃO EUROPEIA



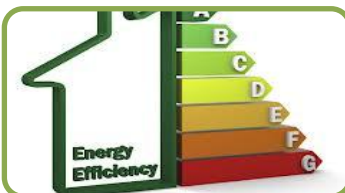
40% redução de Gases com Efeito de Estufa

- Para a União Europeia: Pelo menos 40% de redução de emissões de gases com efeito estufa (GEE) em 2030, em comparação com as emissões de 1990
- Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE) como instrumento central da política climática
- Inclusão e contributo do setor Uso do Solo e Florestas no quadro das metas de 2030



40% Renováveis

- Para a União Europeia: Meta de energia renovável de 40% em 2030, ou seja, 40 % da energia total consumida oriunda de fontes de energia renovável



30% Eficiência Energética

- Para a União Europeia: Estabelecer uma meta vinculativa a nível para a eficiência energética de 30% em 2030.



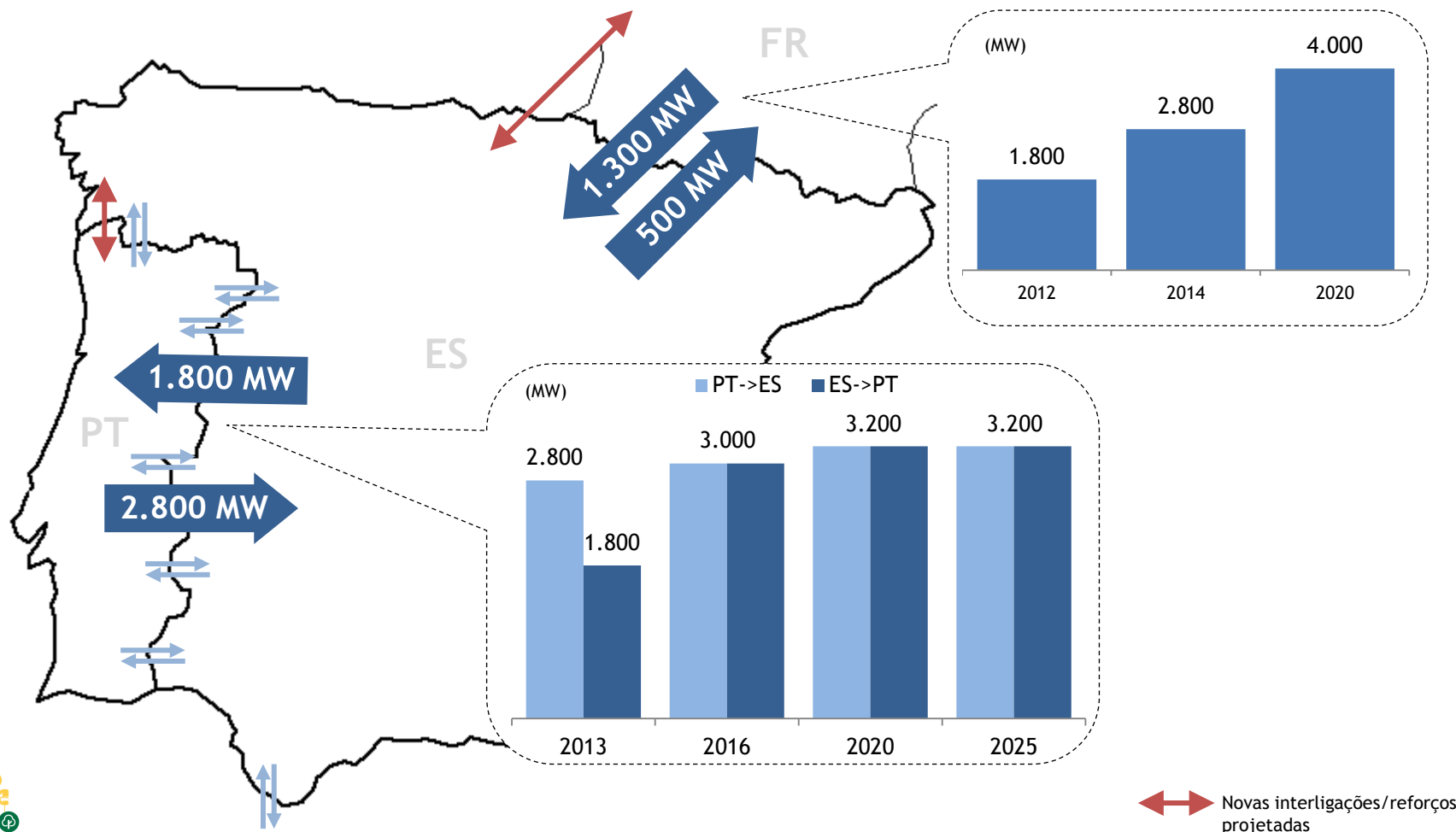
25% Interconexões Elétricas

- Para a União Europeia: Pelo menos 25% da capacidade de interligação para eletricidade, para todos os Estados Membros, da capacidade total de produção em 2030
- Pressupõe atingir a meta de 12 % até 2020 e, no curtíssimo prazo, 10 % para todos os Estados-Membros

O DESAFIO DA 4.^a META: INTERLIGAÇÕES

O DESAFIO DA 4.ª META - INTERLIGAÇÕES

ACESSO AO MERCADO EUROPEU E SEGURANÇA DE ABASTECIMENTO

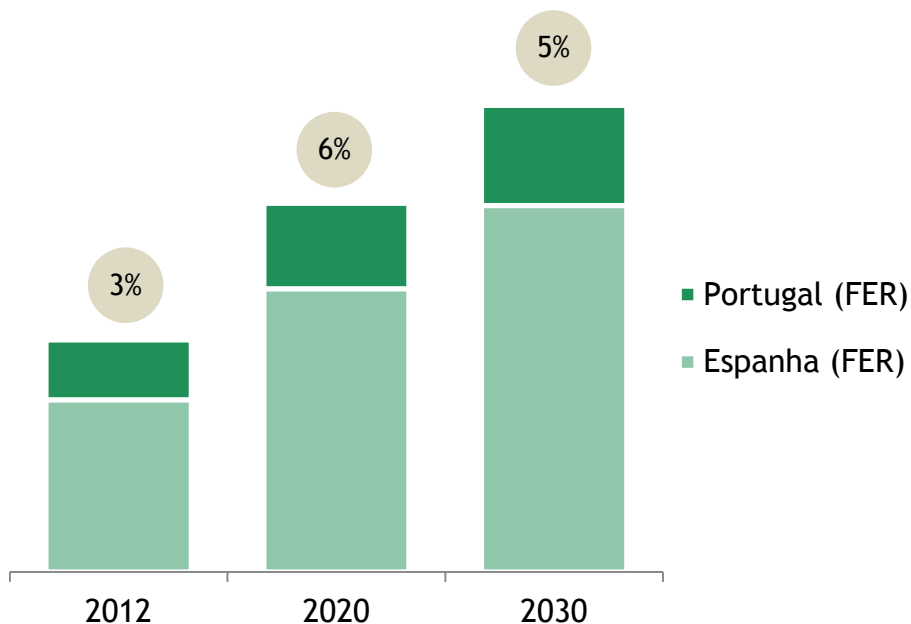


↔ Novas interligações/reforços projetadas

↔ Interligações existentes

Portugal, como fábrica de renováveis da Europa, pretende garantir uma ligação forte ao resto da Europa que permita escoar produção renovável para o restante mercado europeu onde é necessária

Capacidade de interligação entre Espanha e França em relação à potência instalada renovável na Península Ibérica



Capacidade de interligação ES-> FR na capacidade total renovável da Península Ibérica sem considerar novos investimento além dos definidos até à data

- Portugal e Espanha apresentam um grande potencial para o desenvolvimento de energias renováveis, nomeadamente ao nível das tecnologias Solar e Eólica;
- Os níveis de interligação são claramente insuficientes face à capacidade da Península Ibérica em fornecer eletricidade verde à Europa, contribuindo para o cumprimento das metas da energia-clima ao mesmo tempo que se promove a integração no mercado europeu.
- O potencial da Península Ibérica coloca-nos como um instrumento de eleição da política europeia de combate às alterações climáticas com eficiência de custos.

A definição de uma meta para as interligações elétricas entre Estados-Membros é um compromisso não cumprido

Conclusão do Conselho Europeu de Barcelona de março de 2002:

“fixa como objectivo para os Estados-Membros a obtenção, até 2005, de um nível de interconexão eléctrica correspondente a pelo menos 10% da sua capacidade de produção instalada (...)”

- A concorrência nos mercados de energia deve ser reforçada através de uma maior liberalização, conclusão do mercado interno da energia, incluindo o desenvolvimento de infraestruturas de transporte de energia de onde se destacam as interligações transfronteiriças, que podem ser mais eficientes no sentido de garantir a segurança do abastecimento.

REAFIRMAÇÃO DO COMPROMISSO DE 2002:

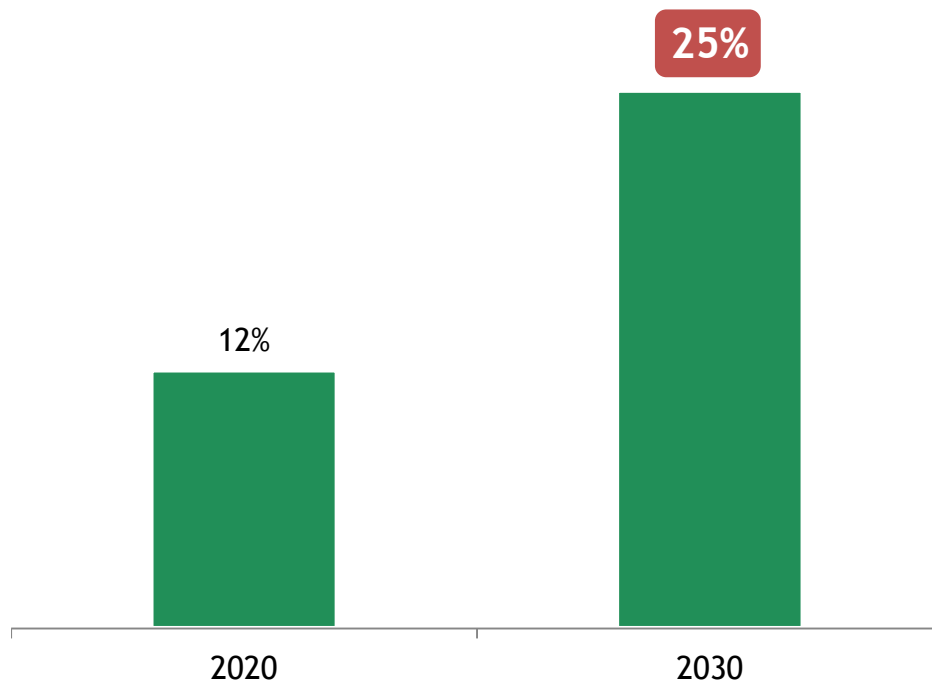
Conclusão do Conselho Energia de 13 Dezembro de 2013, sob proposta de Portugal (e reafirmada no Conselho Europeu de 20 de Dezembro de 2013) :

“Taking into account the importance of creating an efficient and balanced internal energy market, priority should be given to Member States that are further away from meeting the minimum interconnections target of 10%, as defined by the European Council, to achieve this goal with no further delay. Furthermore, significant investment in distribution infrastructure is required”

No âmbito do Pacote Clima e Energia para 2030, consideramos ser do interesse europeu o estabelecimento de uma meta para as interligações elétricas

Meta proposta por Portugal no âmbito dos novos objetivos da UE para 2030

Interligações elétricas em % da capacidade total de produção instalada



- Assumindo que a política europeia para 2030 fomentará a utilização de fontes de energia renovável, significa que será necessário apontar para uma meta de 25% de capacidade de interligação relativamente à capacidade total de produção instalada.

SUSTENTABILIDADE DO SEN

SISTEMA ELÉTRICO NACIONAL

PRIMEIRO PACOTE DE MEDIDAS

Medida de corte custos	Descrição	Montante (€m)	Período de redução de custos
Cogeração	Redução dos subsídios pagos aos produtores de eletricidade em cogeração (Portaria n.º 140/2012)	996	out 2012 a 2025
Eólicas	Acordo de redução de custos alcançado com os produtores eólicos que beneficiam do regime remuneratório anterior a 2005 (Decreto-Lei n.º 35/2013)	151	2013 a 2020
Pequenas centrais hídricas	Introdução de um limite de 25 anos para a duração da tarifa garantida das pequenas centrais hídricas (Decreto-Lei n.º 35/2013)	285	2013 a 2030
CMEC	Redução dos custos com o CMEC, através da redução da taxa da anuidade da parcela fixa de 7,55% para 4,72% (Decreto-Lei n.º 32/2013 e Portaria n.º 85-A/2013)	205	2013 a 2027
Garantia de Potência	Substituição do mecanismo anterior, por um novo regime de maior racionalidade e menor incerteza (Portaria n.º 139/2012 e Portaria n.º 251/2012)	443	jun 2012 a 2020
TOTAL		2.080	

Valores nominais, em milhões de euros

SISTEMA ELÉTRICO NACIONAL

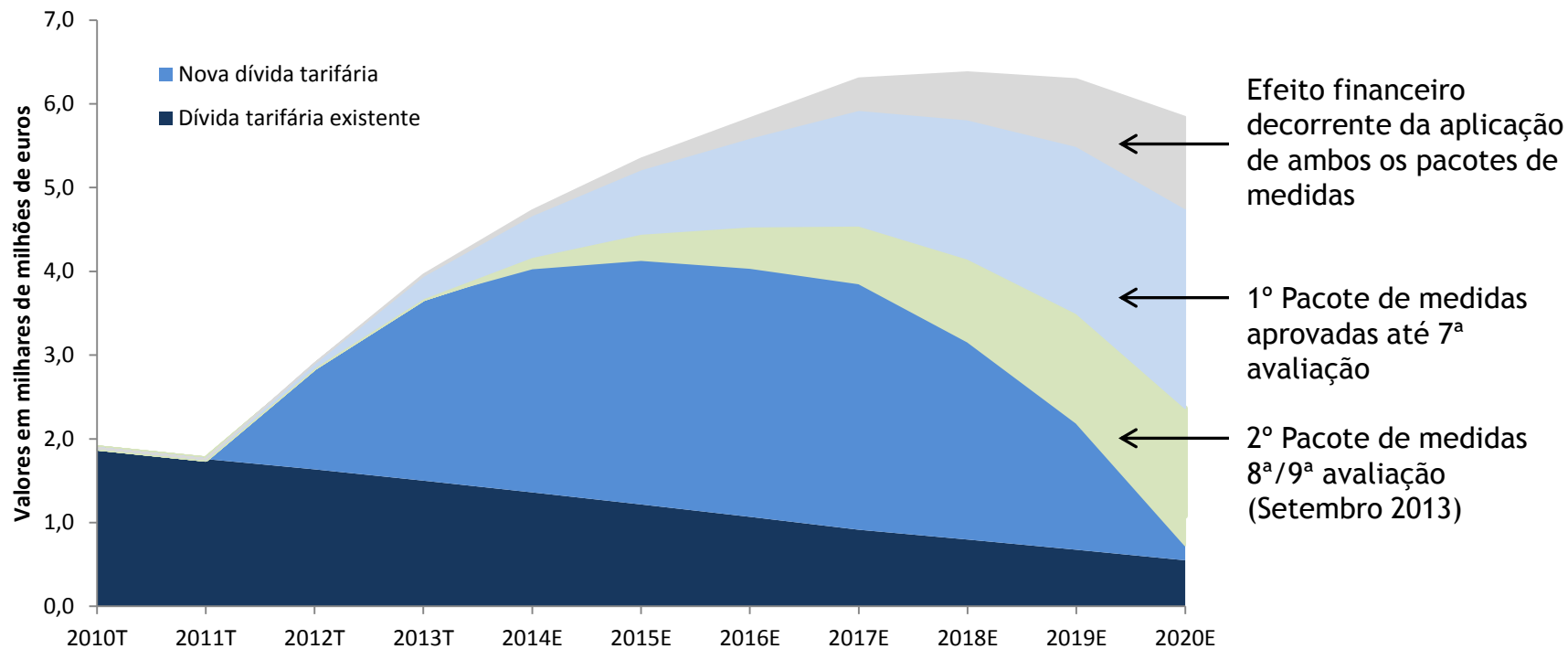
SEGUNDO PACOTE DE MEDIDAS (Setembro 2013)

Medidas	Descrição Medida	Poupança (€milhões)	Período
Equilíbrio de Custos	Eliminação da distorção de mercado provocada pelas medidas fiscais introduzidas em Espanha	300 a 500	2014-2020
Redução de Custos	Introdução de incentivos à eficiência de custos no mecanismo de harmonização de tarifas aplicável às Regiões Autónomas	160 a 200	2015-2020
	Revisão da remuneração dos terrenos hídricos	100 a 120	2014-2025*
	Correção das distorções no mercado de serviços de sistema	300 a 400	2014-2020
	Contribuição das centrais de carvão para o SEN	150 a 170	2014-2026

Nota: As receitas do leilão de CO2 no sistema CELE contribuirão para reduzir a dívida tarifária em cerca de 500 Meuros até 2020.

SISTEMA ELÉTRICO NACIONAL - TRAJETÓRIA DE SUSTENTABILIDADE

(dívida tarifária residual em 2020; aumentos +1,5% a 2% / ano)



Produzir verde é ganhar. Consumir verde é poupar.



Coligação para o
CRESCIMENTO VERDE



GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DO AMBIENTE,
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ENERGIA